

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Simone de Fátima Flach

E-mail: eflach@uol.com.br

Instituição: Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Submetido: 02/07/2020

Aprovado: 01/05/2021

Publicado: 29/08/2022

 10.20396/rho.v22i00.8660329

e-Location: e022026

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

FLACH, S. de F.; BOUTIN, A. C.

B. D. A práxis político-educativa

nas ocupações secundaristas na região dos Campos Gerais – PR.

Revista HISTEDBR On-line,

Campinas, SP, v. 22, p. 1-24, 2022.

DOI:

10.20396/rho.v22i00.8660329.

Disponível em:

<https://bityli.com/Pwzhldg>. Acesso

em: 29 ago. 2022.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



A PRÁXIS POLÍTICO-EDUCATIVA NAS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS – PR



Simone de Fátima Flach*

Universidade Estadual de Ponta Grossa



Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin**

Rede Estadual de Ensino do Paraná

RESUMO

O tema deste artigo é a práxis político-educativa das ocupações secundaristas realizadas nos Campos Gerais, no Paraná (PR), em 2016. Sob a luz do materialismo histórico-dialético, a partir do levantamento bibliográfico sobre as ocupações de 2016 e da realização de entrevistas com jovens que participaram do processo, analisam-se as ocupações em escolas de Ponta Grossa e de Ventania, de modo a evidenciar as particularidades e os elementos comuns circunscritos às pautas políticas desenvolvidas pelos “ocupas”. As análises foram orientadas pela categoria teórica gramsciana “filosofia da práxis”. Ao final, indica-se que as ocupações se desenvolveram de modos distintos, evidenciaram a práxis político-educativa e foram norteadas por elementos comuns em defesa de direitos sociais fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Ocupações estudantis. Práxis política. Campos Gerais. Ponta Grossa. Ventania.

**POLITICAL-EDUCATIONAL PRAXIS IN THE SECONDARY SCHOOL OCCUPATIONS
IN THE REGION OF CAMPOS GERAIS – PR****Abstract**

The theme of this article is the political-educational praxis of the secondary school occupations carried out in Campos Gerais, in the state of Paraná (PR), Brazil, in 2016. In the light of the historical and dialectical materialism, from a bibliographic survey on the 2016 occupations and interviews conducted with young people who participated in the process, the occupations in schools of the cities of Ponta Grossa and Ventania were analyzed, in order to highlight particularities and the common elements circumscribed to the political agenda developed by the “*ocupas*”. The analyzes were oriented by the Gramscian theoretical category “philosophy of praxis”. Finally, it is indicated that the occupations were developed in different ways, evidenced the political-educational praxis and were guided by common elements in defense of fundamental social rights.

Keywords: Student occupations. Political praxis. Campos Gerais. Ponta Grossa. Ventania.

**PRAXIS POLÍTICO-EDUCATIVA EN LAS OCUPACIONES SECUNDARISTAS EN LA
REGIÓN CAMPOS GERAIS - PR****Resumen**

El tema de este artículo es la praxis político-educativa de las ocupaciones secundaristas realizadas en Campos Gerais, en Paraná (PR), en 2016. Bajo la luz del materialismo histórico-dialéctico, a partir de una encuesta bibliográfica sobre las ocupaciones de 2016 y de la realización de entrevistas con jóvenes que participaron en el proceso, se analizaron las ocupaciones en escuelas de Ponta Grossa y de Ventania, de modo a evidenciar las particularidades y los elementos comunes circunscriptos a las pautas políticas desarrolladas por los “*ocupas*”. Los análisis fueron orientados por la categoría teórica Gramsciana "filosofía de la praxis". Al final, se indica que las ocupaciones se desarrollaron de modos distintos, evidenciaron la praxis político-educativa y fueron guiadas por elementos comunes en defensa de los derechos sociales fundamentales.

Palabras-clave: Ocupaciones estudiantiles. Praxis política. Campos Generales. Ponta Grossa. Ventania.

INTRODUÇÃO

Em setembro de 2016, o Brasil foi palco de uma série de ocupações de escolas públicas que iniciaram no estado do Paraná (PR) e se expandiram para todo o país, ocorrendo, inclusive, em cidades do interior de vários estados. De início, as ocupações visavam barrar iniciativas políticas, adotadas pelo então Presidente da República, Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como a Medida Provisória (MP) N° 746, de 22 de setembro de 2016, e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) N° 241-A, de 2016, as quais tinham por objetivo estabelecer a reforma do Ensino Médio e congelar os investimentos públicos em áreas sociais por um período de 20 anos, respectivamente. (BRASIL, 2016b, 2016d).

Além da oposição às iniciativas do Governo Federal, estudantes secundaristas, doravante denominados de ocupas, incorporaram, em suas lutas, outras demandas, dentre as quais: a melhoria das condições estruturais das escolas e dos colégios ocupados; a ampliação do debate sobre questões de gênero e de raça; a revogação do Programa Escola Sem Partido, instituído pelo Projeto de Lei do Senado N° 193, de 2016 (BRASIL, 2016c), que tramitava no Senado Federal e visava instituir uma escola isenta de uma suposta “doutrinação ideológica”, por meio de alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996); entre outras.

No Paraná, as ocupações ocorreram de maneira mais expressiva. De acordo com os dados divulgados pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), nesse estado foram ocupadas 848 instituições. Nos demais estados, as ocupações tiveram os seguintes números de escolas ocupadas: 76 em Minas Gerais, seis no Rio de Janeiro, 14 no Rio Grande do Sul, 12 em Goiás, 12 no Distrito Federal, 13 no Rio Grande do Norte, três em Mato Grosso, oito em Pernambuco, três em Rondônia, quatro no Pará, dez em Alagoas, 24 no Espírito Santo, seis em São Paulo, uma no Tocantins, 12 na Bahia, dez em Santa Catarina, cinco no Maranhão, uma no Ceará, três na Paraíba, uma em Sergipe. (UBES, 2016).

O movimento de ocupações dividiu a opinião pública brasileira, principalmente de segmentos conservadores que endossavam os discursos da mídia hegemônica, de políticos e de movimentos sociais de direita, como, por exemplo, o Movimento Brasil Livre (MBL), que organizou o movimento Desocupa Paraná com o objetivo de enfraquecer as ocupações e pressionar os ocupas a desistirem de suas pautas e de seus protestos. Contudo, é importante destacarmos que, em geral, as ocupações foram bem recebidas pelas entidades ligadas a pesquisadores da área da Educação e representativas do movimento estudantil, das associações sindicais, entre outras.

Grosso (2018a) destaca que as ocupações se desenvolveram de modo a preservar o princípio da participação igualitária, presente na democracia. O autor explicita que, nas ocupações, ocorreram debates e aulas públicas sobre a MP N° 746/2016 e a PEC N° 241-A/2016 e destaca que a rotina de uma escola ocupada se desenvolvia com base em tarefas rotativas, organizadas em comissões que visavam “[...] romper com os estereótipos de

gêneros e a divisão entre líderes e a ‘massa.’” (GROPPO, 2018a, p. 112). Durante as ocupações, os jovens realizaram intensas discussões políticas sobre a conjuntura brasileira e organizaram diferentes atividades artísticas, físicas, desportivas e culturais, entre outras.

O objetivo perseguido no presente artigo é evidenciarmos, a partir da categoria gramsciana “filosofia da práxis”, as particularidades e os elementos comuns circunscritos às pautas políticas desenvolvidas pelos ocupas na região dos Campos Gerais– PR, tendo como *locus* de análise escolas de Ponta Grossa e de Ventania. A primeira cidade é considerada como polo industrial e comercial dos Campos Gerais, com um total de 351.736 habitantes (IBGE, 2019), sendo a quarta maior do estado; possui um total de 49 escolas estaduais de Ensino Fundamental¹, Ensino Médio e Ensino Técnico, dentre as quais 26 foram cenários das ocupações. Já a segunda cidade possui 11.892 habitantes (IBGE, 2019) e somente duas escolas estaduais de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Técnico, das quais uma foi ocupada.

Nesse sentido, buscamos estabelecer um comparativo entre as ocupações realizadas nessas duas cidades, de modo a apreendermos os elementos comuns e particulares nas lutas estudantis que se fizeram presentes nessas duas localidades. Para tanto, entre os meses de outubro e dezembro de 2019, realizamos entrevistas semiestruturadas² com três jovens que participaram das ocupações de 2016. Dos entrevistados, dois assumiram posições de lideranças nas ocupações em Ponta Grossa e um em Ventania.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, realizamos uma revisão de literatura das pesquisas que abordam as ocupações secundaristas no estado do Paraná, em busca de identificarmos a quantidade de artigos, de teses e de dissertações e as categorias temáticas que se sobressaem nesses produtos acadêmicos. Sequencialmente, estabelecemos reflexões teóricas sobre a categoria “filosofia da práxis”, situando a luta política da classe trabalhadora como um elemento fundamental para a materialização de transformações sociais mais profundas. Na terceira parte, analisamos as entrevistas realizadas com os ocupas de Ponta Grossa e de Ventania, buscando desvelar a práxis política e os elementos comuns e particulares, presentes nas ocupações realizadas nessas duas cidades.

Por fim, nas considerações finais, indicamos que os protestos estudantis em Ponta Grossa e Ventania se situam na luta de classes, pois foram gerados a partir das contradições e dos limites impostos ao acesso a uma educação de qualidade e aos demais direitos sociais. Essas ocupações, embora tenham se desenvolvido distintamente nas realidades analisadas, possuem elementos comuns. Dentre tais elementos, situamos a práxis política, organizada em torno da demanda pela educação, a qual articulou os jovens brasileiros em um movimento de dimensão nacional.

O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE AS OCUPAÇÕES NO PARANÁ EM 2016

As ocupações de escolas públicas de 2016, foram motivadas por políticas sociais e educacionais impositivas e cerceadoras do acesso a direitos fundamentais. No bojo de tais políticas, situavam-se, na ocasião, a PEC N° 241-A/2016, o Programa Escola Sem Partido N° 193/2016 e a MP N° 746/2016.

A PEC N° 241-A/2016, que foi aprovada e transformada em Emenda Constitucional N° 95, de 15 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016a), objetivava reduzir os investimentos governamentais em áreas sociais, como a Educação e a Saúde, por um período de 20 anos. (BRASIL, 2016d). Já o Programa Escola sem Partido, que esteve em trâmite em várias casas legislativas do país, pretendia dar materialidade a uma educação que limitava o debate e a formação do pensamento crítico; sob o argumento de haver uma doutrinação ideológica em escolas públicas brasileiras, propunha a proibição de temáticas que entrassem em confronto com as crenças religiosas ou com as perspectivas políticas das famílias dos alunos. (BRASIL, 2016c; PENNA, 2018).

A MP N° 746/2016 foi uma das primeiras iniciativas políticas do governo de Michel Temer, a qual foi lançada em caráter de urgência, sem diálogo ou debate aprofundado com a comunidade, com pesquisadores ou com profissionais da área da Educação. Ela foi transformada na Lei N° 13.415, no dia 16 de fevereiro de 2017. (BRASIL, 2017). A proposta da MP era a reformulação do Ensino Médio brasileiro por meio da fragmentação curricular em um núcleo comum definido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual trouxe como disciplinas obrigatórias apenas Língua Portuguesa e Matemática, e outro núcleo estruturado em cinco itinerários formativos com ênfase nas seguintes áreas do conhecimento: “I- Linguagens; II – Matemática; III – Ciências da Natureza; IV – Ciências Humanas; V – Formação Técnica e Profissional [...]” (BRASIL, 2016b, p. 2), a serem definidos pelos sistemas de ensino.

Na esteira dessa reforma, ainda merece destaque a proposta de Ensino Médio em tempo integral, a abertura para a realização de práticas no setor produtivo, a formação de parcerias ou de transações comerciais entre entidades públicas e privadas, e a possibilidade de atuação de profissionais com “notório saber” sem a formação específica na área da Educação. (BRASIL, 2017).

Essa conjuntura inspirou a organização dos jovens em todo o Brasil no movimento de ocupações escolares em 2016. De acordo com Gohn (2017, p. 102), essas ocupações “[...] abrem um novo ciclo de lutas dos estudantes pela educação e demonstram que os jovens desta faixa etária querem participar, têm consciência das condições que vivem nas escolas e de outras que têm direito.”

Embora as ocupações tenham ocorrido em todo o território nacional, foi no estado do Paraná que elas se iniciaram e envolveram o maior número de instituições ocupadas. Tendo como objetivo para esta seção sistematizarmos as pesquisas que abordam sobre as ocupações secundaristas de 2016 nos Campos Gerais – PR, realizamos uma busca nos seguintes repositórios digitais: no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento

de Pessoal de Nível Superior (Capes), na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), no *Google Acadêmico*, no banco de dissertações e teses da Capes, na Plataforma Sucupira e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). No entanto, não encontramos nenhuma pesquisa referente a essas ocupações. Por isso, recorreremos aos repositórios citados para buscar trabalhos acadêmicos que abordam sobre as ocupações no estado do Paraná.

Encontramos um total de 12 produtos acadêmicos, produzidos entre os anos de 2017 e 2020, constituído por oito artigos, publicados em revistas da área de Educação, História, Sociologia, Jornalismo e Geografia; uma tese e três dissertações oriundas de Programas de Pós-Graduação vinculados às áreas de Educação, História e Sociologia. Nesse conjunto de trabalhos, situam-se os artigos de Chagas (2017), Corso (2020), Flach e Schlesener (2017), Kuboyama e Cunha (2019), Marcoccia, Pereira e Souza (2019), Martins (2018), Polli *et al.* (2018), Zaluski (2019); as dissertações de Leme (2018), Pacheco (2018), Stoiev (2019); e a tese de Steimbach (2018). Esses trabalhos foram sistematizados na Tabela 1 com vista a explicitar as categorias temáticas abordadas em cada um.

Tabela 1 – Categorias temáticas presentes nos trabalhos acadêmicos sobre as ocupações secundaristas no estado do Paraná (2017-2020)

Categorias	Artigos	Dissertações	Teses	Total
Estudo de caso	4	3	1	8
Desocupação das escolas	2			2
Posicionamento da mídia	1			1
Elementos formativos	1			1

Fonte: Dados organizados pelas autoras.

Dos 12 produtos acadêmicos que abordam sobre as ocupações no estado do Paraná, oito realizaram “estudo de caso”³. São de natureza exploratória, sendo o foco das discussões e das reflexões a compreensão, a exploração, a análise ou a descrição do fenômeno das ocupações secundaristas no estado no Paraná e em determinadas cidades ou instituições de ensino. Quanto aos recursos utilizados para a coleta de dados, os trabalhos enquadrados nessa categoria utilizaram pesquisa bibliográfica, observação participante, questionários, entrevistas semiestruturadas e análise dos registros produzidos durante as ocupações.

Nos artigos, nas dissertações e nas teses que realizaram “estudo de caso”, foram discutidas as seguintes temáticas: a relação estudante e escola durante e após as ocupações; as particularidades das ocupações em determinadas localidades, com destaque para questionamentos sobre como ocorreram, o que motivou os alunos a ocuparem as escolas e como esses estudantes pensavam a reforma do Ensino Médio; a relação entre ensino de História e a memória das ocupações; e, ainda, o posicionamento do movimento estudantil secundarista sobre as políticas educacionais que motivaram as ocupações.

Destacamos que essas pesquisas, embora se insiram na categoria “estudo de caso” e apresentem como ponto comum a investigação circunscrita às ocupações secundaristas realizadas no estado do Paraná, se diferem em relação à temática abordada, à metodologia de análise do material empírico, aos referenciais teóricos metodológicos, aos sujeitos de pesquisa e aos locais pesquisados. Assim sendo, a categoria “estudo de caso” agrupou um conjunto de pesquisas que podem ser consideradas semelhantes, mas também profundamente diferentes entre si.

A segunda categoria que mais se destacou no levantamento foi a “desocupação das escolas”. Dois artigos analisaram os processos de reintegração de posse e os encaminhamentos adotados com vista a desocupação das escolas paranaenses. Esses trabalhos valeram-se da teoria marxista para problematizar e expor a relação permeada por conflitos de interesses, de coerção e de domínio que permearam as ocupações e as desocupações (espontâneas ou impostas) das escolas no estado do Paraná. Os dados de pesquisa foram coletados em ações judiciais de reintegração de posse e analisados em uma perspectiva crítica fundamentada na luta de classes e na contradição capital e trabalho.

O único artigo inserido na categoria “posicionamento da mídia” analisou a cobertura da mídia televisiva realizada no mês de outubro de 2016 sobre as ocupações no Paraná. (CHAGAS, 2017). O autor coletou os dados na plataforma *online* do Paraná TV – 1ª Edição, além de realizar entrevistas semiestruturadas com seis estudantes que participaram das ocupações em três escolas da cidade de Guarapuava – PR, buscando evidenciar a percepção desses jovens sobre as notícias veiculadas pela mídia durante o movimento.

As análises e as entrevistas realizadas por Chagas (2017) evidenciaram a percepção dos **ocupas** sobre a abordagem da mídia referente aos eventos ocorridos dentro das escolas ocupadas, bem como expuseram as distorções e as manipulações presentes nas informações divulgadas pela televisão. De acordo com as entrevistas realizadas pelo autor, os **ocupas** paranaenses não foram ouvidos e “[...] mesmo quando estavam à disposição, eram abordados somente em situações de conflito, não necessariamente mostrando as ações desenvolvidas dentro da escola.” (CHAGAS, 2017, p. 173).

Por fim, na categoria “elementos formativos”, foi inserido um artigo (MARTINS, 2018), cuja análise esteve centrada na discussão sobre as experiências formativas vivenciadas no âmbito da política pelos estudantes das classes populares nas ocupações de 2016. Para tanto, a autora valeu-se do uso da literatura sobre o Ensino Médio e a participação política dos jovens, dos relatos de estudantes que participaram do movimento Ocupa Paraná e do movimento Ocupa Beltrão, realizado na cidade de Francisco Beltrão –PR, e dos depoimentos realizados pelos ocupas da cidade de Curitiba no documentário “Ocupa Tudo: escolas ocupadas no Paraná”, além das matérias veiculadas pela mídia durante o período das ocupações. (MARTINS, 2018).

Em suas considerações, Martins (2018, p. 143) enfatizou a contribuição das ocupações para a formação dos jovens, destacando que, em tal movimento, foi reveladora a

“[...] constituição de um fazer político entre os jovens das classes populares”, no qual se fizeram presentes “[...] o questionamento das formas políticas tradicionais e o desejo de uma participação mais direta e horizontal.” (MARTINS, 2018, p. 163). Na visão da autora, esse “[...] fazer político [...] tem se constituído em um contexto social de acirramento da luta de classes” (MARTINS, 2018, p. 163) e, por isso, é expressão dessa luta. Martins (2018, p. 163) finaliza suas reflexões questionando “[...] se esta experiência dos estudantes se somará a outras, podendo, de fato, se constituir como parte de um processo autoformativo mais abrangente.”

Destacamos que o conjunto de pesquisas sobre as ocupações de 2016 realizadas em escolas paranaenses nos auxilia na compreensão da história política recente, por meio de uma abordagem sobre elementos particulares ou gerais que se fizeram presentes nas conjunturas locais ou em âmbito nacional. As pesquisas adotaram uma perspectiva crítica em relação ao estado e às políticas neoliberais em curso na área da Educação, ao discurso midiático construído em torno do movimento e às medidas judiciais para a reintegração de posse.

Também é importante pontuarmos que, no conjunto das produções acadêmicas analisadas, os autores citados exaltaram a capacidade organizativa dos **ocupas** e procuraram abordar as ocupações como um movimento fundamentado na luta por direitos sociais, quer dizer, em princípios democráticos que zelam pelo direito à livre manifestação, à participação política e à liberdade de pensamento. Nesse sentido, a compreensão que prevaleceu no conjunto das pesquisas girou em torno das ocupações enquanto movimentos legítimos alicerçados em direitos fundamentais.

A maioria desses artigos e dessas pesquisas de Pós-Graduação empreendeu análises sobre a conjuntura social, política e econômica de 2016, o que contribuiu para a realização das ocupações no estado do Paraná e em todo o país, situando-as como manifestações de natureza reivindicativa, pautadas na realidade vivenciada pelos jovens vinculados à classe trabalhadora que frequentam o Ensino Médio no Brasil. Foi, assim, uma luta originada dentro dos limites de uma sociedade sustentada pela divisão social.

Nas reflexões que dão sequência a este artigo, aventamos sobre as lutas originadas a partir das contradições presentes em toda a sociedade, dentre as quais situamos as ocupações de 2016, as quais são de natureza política, pois são produto de um processo de conscientização que visa transformações imediatas ou mais profundas na realidade.

MILITÂNCIA POLÍTICA À LUZ DA FILOSOFIA DA PRÁXIS

Do ponto de vista da filosofia da práxis, a transformação da realidade relaciona-se à iniciativa política das classes subalternas. É no terreno das contradições e na luta de classes que se desenvolvem relações de forças e que são gestadas as possibilidades dos trabalhadores

se colocarem no centro do processo hegemônico e, desse modo, construírem a sua autonomia e a efetiva liberdade humana.

Desse modo, a luta dos subalternos torna-se vazia e descolada dos interesses de classe se não estiver aliada a um projeto de sociedade voltado à construção de outra hegemonia. Esse empreendimento demanda a organização dos trabalhadores, o conhecimento sobre como se operam as iniciativas político-ideológicas das classes dominantes e dos mecanismos que contribuem para que a hegemonia burguesa se consolide na sociedade capitalista.

Para Gramsci (1978, p. 40), “conhecimento é poder”, pois a capacidade de luta deriva da construção de uma visão de mundo aprofundada por uma atividade formativa no âmbito da cultura, da política, da filosofia, da história, da ciência etc., ou seja, do extenso contato com o conjunto de conhecimentos sistematizados e acumulados historicamente pela humanidade. A filosofia da práxis então

[...] não busca manter os “simples” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 1999, p. 103).

As iniciativas políticas, sob a luz da filosofia da práxis, ampliam, portanto, seu significado no âmbito da cultura e no desenvolvimento de uma consciência que é crítica e superior porque é produto da compreensão das relações sociais antagônicas que se fazem presentes na sociedade de classes. Para Gramsci (1999), a condução do pensamento crítico vincula-se à compreensão de que o homem é produto de um tempo histórico e das relações econômicas, políticas, sociais e culturais presentes nesse tempo. Desse modo, segundo o autor:

Criticar a própria concepção de mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. Significa, portanto, criticar também toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem análise crítica. Deve-se fazer inicialmente essa análise. (GRAMSCI, 1999, p. 98).

A elaboração crítica e o processo de expansão da consciência de classe vinculam-se a uma concepção de mundo que é ético-política e que, mesmo dentro dos limites impostos pela ordem social capitalista, pode ser adquirida por meio da educação escolar, mas também e principalmente no terreno das lutas sociais e nas experiências concretas vivenciadas cotidianamente pelos socialmente explorados. Em Gramsci (2004, p. 104), a aquisição da “[...] consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência

política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam [...]”, pois

[...] a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de “distinção”, de “separação”, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. E por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos. (GRAMSCI, 2004, p. 104).

Dessa feita, uma militância político-revolucionária liga-se a objetivos pautados no plano concreto, é articulada a uma teoria revolucionária e é construída tomando como base as contradições vivenciadas na sociedade de classes. A capacidade da realização de uma leitura de mundo fundamentada em tais elementos constrói-se mediante um conhecimento que “[...] saiba articular e orientar as lutas em todo um grupo social na criação de um novo tipo de sociedade e de Estado.” (SEMERARO, 2006, p. 29).

A partir de tais premissas, podemos afirmar, então, que a filosofia da práxis está relacionada a uma reforma intelectual e moral, capaz de ampliar uma visão de mundo que organize politicamente os trabalhadores em um processo de lutas revolucionárias articulado ao objetivo de elevar essa classe à condição de classe dirigente em toda a sociedade, isto é, alçar os trabalhadores à posição de “[...] agentes práticos das transformações históricas.” (GRAMSCI, 1999, p. 343). Sob essa óptica, as transformações profundas da sociedade demandam lutas sociais travadas no âmbito de uma relação de forças entre as classes dominantes e dominadas, entre os grupos dirigidos e dirigentes e entre os subalternos e os hegemônicos. É no terreno da luta de classes, mediante a organização política, que os subalternos se movimentam e conseguem colocar em equilíbrio a “[...] equação entre ‘filosofia e política’, entre pensamento e ação, ou seja, a uma filosofia da práxis.” (GRAMSCI, 1999, p. 246).

A construção de uma visão de mundo autônoma e de uma cultura vinculada aos interesses dos trabalhadores é um projeto revolucionário, pois é forjada no terreno das contradições e diz respeito ao projeto de transformação radical da sociedade. Nesse sentido, Gramsci (1999, p. 388) assevera que a filosofia da práxis

[...] não é o instrumento do governo de grupos dominantes para obter o consenso e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas que querem educar a si mesmas na arte do governo e têm interesse em conhecer todas as verdades, mesmo as desagradáveis e evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e até de si mesmos.

De posse de tal compreensão, é importante destacarmos que uma nova relação social, política, econômica e cultural está condicionada à articulação teórico-prática, ou seja, à aquisição de um conjunto de conhecimentos situados no campo da Filosofia, da História, da Sociologia, das Artes etc., e ao engajamento em lutas sociais. Nessa perspectiva, a construção de uma nova relação de hegemonia demanda a organização política “[...] de um sujeito histórico [...]” que “[...] se constitui através das lutas sociais.” (MONAL, 2003, p. 198).

Esse sujeito é o trabalhador que, imbuído de uma consciência revolucionária, confronta a sua realidade por meio de lutas travadas no âmbito da política. Desse modo, para Lenin (2015, p. 124-125):

A consciência da classe operária não pode ser uma verdadeira consciência política se os operários não estão habituados a reagir contra todos os casos de arbitrariedade e opressão, todas as formas de violência e abuso, quaisquer que sejam as classes afetadas [...]. A consciência das massas operárias não pode ser uma verdadeira consciência de classe se os operários não aprenderem, com base em fatos e acontecimentos políticos concretos e atuais a observar cada uma das classes sociais, em todas as manifestações de sua vida intelectual, moral e política, se não aprenderem a aplicar na prática a análise materialista e a apreciação materialista de todos os aspectos da atividade e da vida de todas as classes, camadas e grupos da população.

Ao perceberem que a manifestação dos problemas sociais é consequência das relações que ocorrem no interior do capitalismo, os subalternos podem organizar lutas políticas contra a ordem social imposta. Essas lutas, portanto, vinculam-se à percepção dos limites da sociedade de classes e objetivam desestruturar os mecanismos de sustentação do domínio capitalista, de modo a ampliar os direitos no campo do trabalho e da política.

Vásquez (2011) compreende a práxis política como criadora, porque conduz os seres humanos à emancipação humana, libertando-os de toda forma de opressão e de domínio que se realiza no atual modo de organização da sociedade. Destacamos a potencialidade das lutas que colocam em xeque a hegemonia vigente, pois elas desestabilizam os mecanismos de funcionamento da sociedade capitalista, possibilitando as transformações sociais.

Tomando como referência as reflexões desenvolvidas até aqui, podemos compreender que as ocupações estudantis de 2016 foram processos de lutas que se desenvolveram no seio da luta de classes. Os filhos da classe trabalhadora tomaram ciência dos esforços realizados pelo capital para colocar em prática uma educação que os mantenha presos em sua condição de classe explorada, controlada e submissa. Foi por meio das ocupações que os estudantes de escolas públicas organizaram uma luta que colocou em xeque o estado neoliberal e a validade das políticas educacionais adotadas, especialmente no que tange à MP Nº 746/2016, que deu corpo à reforma do Ensino Médio, e à PEC Nº 241-A/2016, que culminou na Emenda Constitucional Nº 95/2016.

A seguir, abordamos sobre as ocupações realizadas nas escolas de duas cidades da região dos Campos Gerais – PR, destacando a práxis político-educativa dos ocupas de Ponta Grossa e de Ventania, as experiências vivenciadas durante as lutas nessas duas realidades, bem como os elementos que se fizeram particulares e comuns às demandas dessas ocupações.

OS OCUPAS E A MILITÂNCIA POLÍTICA DAS OCUPAÇÕES ESCOLARES NOS CAMPOS GERAIS

A região dos Campos Gerais situa-se à Centro-Leste do estado do Paraná e concentra municípios⁴ que se assemelham por compartilharem entre si uma identidade histórica, geográfica, cultural, política e econômica. (UEPG, 2019). Guimarães *et al.* (2012, p. 620) situam os Campos Gerais como uma das “[...] principais áreas brasileiras do setor agropecuário em termos de produção, produtividade, ações cooperativas e inovação tecnológica, com destaque para o cultivo de grãos e a indústria de laticínios.” No que se refere à educação, a região concentra 176 escolas estaduais com turmas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio (PARANÁ, 2019a); no Ensino Superior, a Universidade Estadual de Ponta Grossa, situada na cidade de Ponta Grossa, destaca-se como uma instituição que atende alunos oriundos das demais cidades que fazem parte daquela região.

As ocupações escolares nos Campos Gerais ocorreram em 13 dos 19 municípios da região, conforme apresentamos na Tabela 2, sistematizada de acordo com os dados disponibilizados pela Ubes (2016).

Tabela 2 – Escolas ocupadas nos municípios dos Campos Gerais em 2016

(continua)

Município	Escolas da Rede Estadual	Escolas ocupadas
Arapoti	07	04
Carambeí	05	02
Castro	17	04
Curiúva	05	0
Imbaú	03	0
Ipiranga	04	0
Ivaí	04	0
Jaguariaíva	07	06
Ortigueira	14	0
Palmeira	14	01

Tabela 2 – Escolas ocupadas nos municípios dos Campos Gerais em 2016

(conclusão)

Município	Escolas da Rede Estadual	Escolas ocupadas
Piraí do Sul	06	03
Ponta Grossa	49	26
Porto Amazonas	02	0
Reserva	08	01
São João do Triunfo	04	01
Sengés	05	03
Telêmaco Borba	16	02
Tibagi	04	01
Ventania	02	01
Total geral	176	55

Fonte: Dados extraídos de Ubes (2016).

Como podemos observar na Tabela 1, Ponta Grossa despontou como a cidade que concentrou o maior número de escolas ocupadas na região dos Campos Gerais, com um total de 26 instituições públicas de ensino. Jaguariaíva com seis instituições ocupadas ficou em segundo lugar. Logo em seguida, vieram Castro e Arapoti, com quatro escolas que foram cenários de lutas dos jovens estudantes em 2016.

Dentre as escolas ocupadas em Ponta Grossa, escolhemos uma instituição considerada de grande porte, situada nas proximidades da região central, a qual é conhecida como uma das escolas públicas mais tradicionais da cidade. Ela atende cerca de 2.000 alunos que frequentam os anos finais do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, do curso de formação de docentes (magistério) e dos cursos técnicos. (PARANÁ, 2019b). Nessa instituição de ensino, estudavam dois alunos que lideraram as ocupações em 2016, os quais chamaremos de Ocupa A e de Ocupa B.

A instituição escolar da cidade de Ventania, em que estudava o aluno que trataremos como Ocupa C, o qual também exerceu posição de liderança nos protestos realizados naquela cidade, é de médio porte, atende um total de 714 alunos, distribuídos em 31 turmas, dentre as quais oito são de Ensino Médio, 13 do Ensino Fundamental, quatro de atividades complementares e seis de atendimento especializado. (PARANÁ, 2022).

Nossa primeira entrevista foi realizada com a Ocupa A, que, na ocasião, tinha 20 anos, possuía renda mensal familiar de dois a três salários-mínimos, se declarou parda, heterossexual e sem religião, embora já tenha frequentado a igreja católica na infância. No momento das ocupações, a jovem exercia o cargo de diretora de mulheres na União

Municipal dos Estudantes Secundaristas de Ponta Grossa (Umesp) e apontou a participação nessa entidade como um elemento que contribuiu para a sua formação política, pois proporcionou o acúmulo de experiências organizativas e o contato com o debate político, por meio da participação em congressos da Ubes e da União Paranaense do Estudantes Secundaristas (Upes).

A jovem, que cursa Graduação em Geografia em uma universidade pública da cidade de Ponta Grossa, destacou que toda a sua trajetória escolar ocorreu em escolas públicas. O início de sua incursão no movimento estudantil ocorreu no Ensino Médio, em 2015, quando se vinculou à Umesp, entidade na qual participou de ações políticas, como o movimento pelo Passe Livre, que demandou a isenção tarifária em transportes coletivos para os estudantes de escolas públicas da cidade e se transformou na Lei N° 12.071, de 13 de fevereiro de 2015⁵, a qual foi regulamentada pelo Decreto N° 10.065, de 27 de abril de 2015. (PONTA GROSSA, 2015a, 2015b).

O Ocupa B é estudante do curso de Pedagogia de uma universidade pública da cidade de Ponta Grossa. Na ocasião da entrevista, tinha 20 anos de idade, declarou-se branco, homossexual e não mencionou a renda familiar. Sobre religião, o jovem afirmou ter tido uma formação religiosa dentro dos preceitos do catolicismo, mas que sua relação com a igreja se fragilizou no momento em que ele passou a compreender a política e os valores patriarcais presentes na instituição católica. De acordo com o entrevistado, “[...] depois da ocupação e depois de outras leituras, eu tive o rompimento total com a igreja, com a fé, com forças sobrenaturais.” (OCUPA B, 2019, informação verbal).

O Ocupa B, em 2016, era diretor do movimento LGBT (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transgênero) na Umesp, cargo que, segundo ele, havia sido recentemente criado na entidade. O jovem apontou que já havia participado da União da Juventude Socialista e destacou que a militância política se fez presente durante sua trajetória escolar no Ensino Médio, quando, com o objetivo de realizar ações sociais em abrigos e orfanatos da cidade de Ponta Grossa, juntamente a alguns colegas, criou uma Organização não Governamental (ONG) dentro da escola.

Quando entrevistado, o Ocupa C declarou ter 18 anos de idade, ser de raça parda, frequentar a igreja protestante e possuir a renda familiar de quatro salários-mínimos. O jovem, que é estudante do curso de Graduação em Geografia em uma universidade pública da cidade de Ponta Grossa, destacou que seu interesse por política se manifestou na adolescência. Nas palavras do entrevistado: “[...] a política sempre foi o meu forte, tanto que, quando eu estava no Fundamental II, [...], meus olhos já brilhavam e os professores me ajudavam muito nessas questões de políticas. Eu sempre me voltei muito para as minorias, por questões sociais.” (OCUPA C, 2019, informação verbal).

Dentre as ações políticas realizadas durante a sua trajetória estudantil, o Ocupa C conferiu ênfase ao cargo de diretor que ocupou no grêmio estudantil da escola, o qual, em seu entendimento, foi fundamental para a organização das ocupações. O estudante ainda

citou o seu envolvimento em ações sociais realizadas pela igreja que frequentava e a participação em reuniões na Câmara de Vereadores do município de Ventania.

As questões que podem ser consideradas como o estopim para o processo de ocupações secundaristas foram a MP N° 746/2016 e a PEC N° 241-A/2016. A revogação dessas duas medidas foi uma demanda comum às ocupações realizadas em todo o Brasil e, também, às ocupações nos Campos Gerais. Os ocupas entrevistados, que exerceram posições de liderança dentro das escolas, enfatizaram que a conscientização dos estudantes sobre essas políticas ocorreu em diferentes momentos e que as ocupações visavam barrá-las, pois os jovens consideravam-nas atrasadas, na medida em que penalizavam as classes populares, restringindo o acesso universal aos direitos sociais.

A Ocupa A comentou que as ocupações ocorreram após um debate sobre a reforma do Ensino Médio realizado no dia 9 de outubro de 2016. Nessa ocasião, várias escolas no estado do Paraná já haviam sido ocupadas e os alunos estavam cientes da intenção do Governo Federal em implementar a reformulação do Ensino Médio, bem como do retrocesso que acompanhava essa iniciativa. De acordo com a jovem,

[...] a minha professora de Sociologia [...] conversou com os alunos naquele auditório grande que tem no [nome da escola] e lá estavam diretor, pedagogo e vários alunos. Lá um aluno levantou e, foi nessa época que as ocupações estavam bem fortes em todo o país, só que o [nome da escola] não tinha sido ocupado, tava tendo aula normal, e aí um aluno levantou e perguntou quando que o Instituto ia ser ocupado e aí os estudantes todos queriam saber se ia acontecer na escola e a gente perguntou se eles topariam que a escola fosse ocupada, sem saber a resposta, e a maioria topou. (OCUPA A, 2019, informação verbal).

O principal objetivo da ocupação realizada naquela instituição de ensino foi barrar a reforma do Ensino Médio. A Ocupa A (2019, informação verbal) esclareceu que, “[...] quando os alunos se deram conta que o Ensino Médio ia deixar de ser estruturado em termos de conhecimento científico [...]”, que “[...] algumas matérias iam ser facultativas [...]” e que “[...] pessoas que nem eram professoras poderiam dar aulas [...]”, houve uma reação negativa e imediata do corpo discente naquela instituição. No entanto, além do objetivo de barrar a reforma do Ensino Médio, a Ocupa A apontou que a ocupação também visava romper com as relações autoritárias e impositivas do gestor escolar daquela instituição. De acordo com a aluna, “[...] o diretor era muito tradicional, só ele falava e os estudantes ouviam, professor também tinha que passar pela opinião dele, estudante era o último a ser ouvido.” (OCUPA A, 2019, informação verbal). O Ocupa B também explicitou sobre a existência de relações verticais naquele espaço e enfatizou que a instituição impunha obediência e regras, como uso de uniformes e horários rígidos.

As ocupações contaram com a adesão da maioria dos alunos e o apoio de apenas uma parte dos professores, pois havia um grupo de profissionais que, em apoio ao gestor, se posicionou contra as ocupações. A Ocupa A ainda destaca a morosidade do grêmio estudantil

e discorre que, embora ele tenha apoiado os protestos, a agremiação não participou diretamente das ocupações.

O apoio que os ocupas buscavam veio de partidos políticos de esquerda, de sindicatos e da Umesp. Esta última desenvolveu um trabalho de conscientização política dos demais estudantes de Ponta Grossa em relação à reforma do Ensino Médio. O Ocupa B, que também era membro da diretoria da Umesp, explicitou que, na ocasião, ocorreu um processo de lutas, de manifestações e de atos promovidos pela Umesp e pelos sindicatos na cidade de Ponta Grossa. Conforme expõe o aluno:

A gente tinha um diálogo mais fortalecido com os sindicatos, e foi aí que a gente ia em todos os atos de rua. Esse era o modo da gente se encontrar com os estudantes, de politizá-los, de proporcionar um espaço formativo e de luta na rua. Que a gente mandava ônibus para todas as escolas da cidade, para que os estudantes pegassem esses ônibus. [...]. Nós enchíamos as ruas de estudantes. Eram atos muito representativos e aí a gente deliberou ocupar o [nome da escola]. Mas antes disso, já tínhamos feito ato contra o governo Beto Richa, contra o governo Temer, ato para ampliação do passe livre para os universitários, já que naquele momento não tinha DCE [Diretório Central dos Estudantes] nós entendíamos que a nossa luta era ampla e que um dia nós íamos estar na universidade. (OCUPA B, 2019, informação verbal).

Após a realização desses atos, iniciou-se, em Ponta Grossa, um processo de ocupações em diferentes instituições de ensino da cidade, como esclareceu o entrevistado:

Daí depois desse ato, as ocupações eram uma atrás da outra. Todos os colégios queriam ocupar e aí aconteceu a ocupação do Regente. Não consigo lembrar o dia específico. Nesse dia, eu e [Ocupa A] propomos pra gestão escolar que fossem discutidas a reforma do ensino médio e a PEC 241, PEC dos gastos. Num primeiro momento, ele aceitou, depois desistiu... não queria mais. Acho que o diretor percebeu que a escola poderia ser ocupada se essa discussão acontecesse. Só que aí veio uma deliberação do Núcleo de Educação para que as escolas realizassem esse debate. Foi feito esse debate, com os professores de História, as pedagogas, professores de Filosofia. (OCUPA B, 2019, informação verbal).

Por um lado, a estratégia do Núcleo Regional de Educação, diante do movimento de ocupações que vinha se fortalecendo no estado do Paraná e nas demais regiões do Brasil, era promover o convencimento dos alunos sobre a reforma do Ensino Médio; por outro lado, essa estratégia revelou-se como um elemento que fermentou nos jovens daquela instituição o anseio por ocupar a escola. Segundo Ocupa B (2019, informação verbal):

Naquele dia, estávamos em pé falando com todos os estudantes sobre a reforma do Ensino Médio, sobre o que era ser secundarista, o que era política, que o espaço era nosso, que não íamos ceder alguma negação da direção escolar naquele momento. Depois da nossa fala, perguntamos quem gostaria de ocupar a escola, todos levantaram a mão... ficaram malucos... Pensei que aquele colégio jamais ia ser ocupado, pela cultura de

opressão [...]. Fizemos um grupo de WhatsApp, nos reunimos no domingo e decidimos ocupar o [nome da escola] na segunda. E aquilo foi tão fantástico, que nunca mais vou ver na minha vida... da aceitação política do que a reforma do Ensino Médio ia causar às nossas vidas e à nossa escola.

Na compreensão do Ocupa B, as ocupações naquela instituição de ensino, além da oposição à “[...] PEC 241, que contribuiria para o sucateamento da escola pública [...]” (OCUPA B, 2019, informação verbal) e da reforma do Ensino Médio, também se opunham ao Programa Escola Sem Partido em trâmite naquele momento, o qual, na percepção do Ocupa B, ia ao encontro da reforma do Ensino Médio, pois limitava o debate e o direito ao amplo acesso do conhecimento científico, histórico, sociológico etc.

A ocupação que se desenvolveu na escola no município de Ventania concentrou um conjunto de elementos que podem ser considerados comuns e distintos às ocupações de Ponta Grossa. De acordo com o Ocupa C, em Ventania, as ocupações mobilizaram alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e desenvolveram-se por iniciativa do grêmio estudantil. De acordo com o jovem:

Então, como era eu que estava à frente do grêmio naquela época, o grêmio como um todo, todos os alunos que compunham o grêmio foram juntos para as ocupações, trabalharam com a gente ali. O grêmio teve um papel muito importante, tanto é que foi o grêmio ali que começou com as reuniões e tudo mais quando a gente reuniu todas as pessoas, todos os alunos. [...]. (OCUPA C, 2019, informação verbal).

Tais elementos diferem-se das ocupações realizadas na realidade analisada em Ponta Grossa; no entanto, assemelham-se quanto à pauta que se opunha à reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2016b) e aos cortes promovidos por meio da PEC N° 241-A/2016. Conforme indica o Ocupa C (2019, informação verbal),

[...] a gente viu que o governo Temer ia cortar as verbas para educação e saúde e, também, teria a reforma do Ensino Médio e no meu ver essa não era a forma mais correta. Primeiro a gente teve uma reunião com o grêmio estudantil e, aí, depois disso, a gente começou a organizar essas reuniões, como eu tinha falado, apenas com os alunos do colégio, foi de modo geral, do sexto ano ao terceiro ano do Ensino Médio. O grêmio fez essa reunião e alguns alunos que estavam por dentro dessas questões também ajudaram nesse processo de organização da ocupação e daí, nessa reunião, na verdade foram três reuniões e na última reunião, foi decidido que haveria a ocupação lá em Ventania.

Ao contextualizar o início das ocupações na cidade de Ventania, o Ocupa C destacou que, quando os protestos iniciaram na cidade, as ocupações já eram bastante intensas no estado do Paraná, principalmente na cidade de Curitiba, e que os estudantes de Ventania foram tomados pelo clima de efervescência política do estado. Na compreensão do

estudante, isso contribuiu para que os secundaristas de Ventania pensassem a realidade da cidade e os impactos decorrentes das políticas adotadas pelo Governo Federal.

Outras particularidades ainda se fizeram presentes nas ocupações da cidade de Ventania. Dentre as quais, com base na fala do Ocupa C, destacamos o apoio da diretora da escola ao movimento, o caráter totalmente autônomo das ocupações, no que se refere à presença de partidos políticos, de sindicatos e de demais entidades organizativas da sociedade civil, e também à falta de mobilização de pessoas, de professores, de pesquisadores e de demais entidades da sociedade civil para a realização de palestras, aulas, oficinas e outras atividades, como ocorreu nas ocupações em cenário mais amplo. De acordo com o Ocupa C (2019, informação verbal):

Durante os sete dias que a gente ficou lá dentro do colégio não teve nenhuma pessoa que foi fazer palestra, porém todos os dias a gente se organizava e cantava o hino do colégio, a gente cantava antes das reuniões e aí a gente fazia as reuniões, discutia como seria a nossa manhã ali dentro.

O Ocupa C ainda enfatizou sobre a existência de momentos conflituos na escola ocupada. Dentre eles, o aluno comentou a seguinte situação:

[...] eu bati de frente com a chefe do núcleo. Quando ela chegou ao nosso colégio, ela e mais uma mulher que eu não vou lembrar agora o nome, a gente não autorizou a entrada dela porque a gente não estava autorizando a entrada de ninguém que não tivesse algo tão importante pra fazer lá dentro como os funcionários da cozinha, por exemplo. Ela me ameaçou, inclusive eu lembro de uma frase que ela falou que é muito marcante pra mim que ela dizia: “eu sou o Estado e eu vou entrar aqui”. Ela disse isso pra mim. [...] depois quando ela entrou, ela disse que eu tinha sido muito grosso e que eu tinha tratado ela mal e que por causa dessa minha atitude ela ia chamar a polícia [...]. (OCUPA C, 2019, informação verbal).

O segundo momento permeado por situações conflituas ocorreu por meio da iniciativa da Polícia Militar, realizada com o objetivo de inibir a realização de protestos naquela instituição de ensino. Nas palavras do jovem:

Quando a polícia chegou, a gente estava com o portão fechado e o meu irmão inclusive estava atrás do portão. Eles chegaram sem perguntar nada, eles simplesmente arrebentaram o portão no chute e foram entrando, inclusive machucou a mão do meu irmão e, aí, quando entrou lá, a diretora estava lá fechando, organizando as coisas para ela sair porque a gente autorizou a entrada dela e de mais alguns funcionários da cozinha, pra que não estragassem alimentos, né, a gente tinha essa consciência. E, quando eles entraram pra conversar com ela, ela falou que não, que era uma forma democrática e tudo mais, e como ela é autoridade na cidade por ser vereadora eu acho que eles ouviram e a ocupação continuou da mesma forma. (OCUPA C, 2019, informação verbal).

Podemos apontar que as ocupações em Ventania foram permeadas por elementos comuns às ocupações de Ponta Grossa, mas também por elementos particulares àquela realidade. Dentre os elementos comuns, situamos as demandas unificadas em uma pauta nacional (oposição à reforma do Ensino Médio e revogação da PEC N° 241-A/2016 do teto dos gastos), o apoio de uma parte dos professores e a presença de situações conflitivas durante a sucessão dos eventos. No que se refere aos elementos particulares, destacamos o grêmio estudantil, que teve um papel importante na mobilização dos estudantes e na organização das ocupações; o apoio do gestor escolar; e a ausência de partidos políticos, de sindicatos e de demais entidades organizativas da sociedade civil, tanto na organização quanto durante a permanência dos alunos nas escolas ocupadas.

Contudo, destacamos que o grande elemento articulador das ocupações de Ponta Grossa e de Ventania foi a práxis político-educativa, a qual movimentou os estudantes em uma cidade que é considerada uma das maiores do estado do Paraná e em outra que é pequena no tamanho, mas que abriga estudantes extremamente corajosos, que ocuparam uma das duas escolas da cidade.

Foi no terreno das contradições, quer dizer, a partir da conscientização sobre os limites das políticas educacionais e sociais estruturadas sobre o objetivo de abreviar o acesso da classe trabalhadora ao direito fundamental de uma educação universal, democrática e de qualidade e, também, aos demais direitos sociais, que os estudantes estabeleceram relações de forças e se colocaram como uma força capaz de realizar a oposição aos setores dominantes.

A práxis política dos ocupas foi coletiva e organizada. Tomando como referência os interesses de classe, visava à elevação cultural dos filhos da classe trabalhadora, o amplo acesso aos conhecimentos situados no campo da Filosofia, da Arte, da História, da Sociologia, entre outros, e o direito da liberdade de pensamento e de ação, pois, conforme pontuamos, para Gramsci (1978, p. 40), “conhecimento é poder”.

Tendo em vista tais elementos, a luta dos estudantes nas ocupações secundaristas teve uma potencialidade que auxiliou na construção de outra hegemonia, principalmente porque derivou do pensamento crítico, de uma visão de mundo aprofundada e da percepção das relações sociais antagônicas que se fazem presentes na sociedade de classes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, abordamos sobre a práxis político-educativa das ocupações escolares de 2016, ocorridas nos Campos Gerais – PR, objetivando compreender as particularidades das ocupações de Ponta Grossa e de Ventania. Perseguindo esse objetivo, a partir da categoria gramsciana “filosofia da práxis”, estabelecemos um comparativo entre as ocupações realizadas nessas duas cidades, de modo a apreender os elementos comuns e particulares nas lutas estudantis que se fizeram presentes nessas duas localidades.

A categoria gramsciana “filosofia da práxis” foi essencial para a compreensão das demandas dessas duas ocupações, situando-as na relação de forças presentes na sociedade de classes. Sob essa orientação teórico-filosófica, evidenciamos que os protestos estudantis em Ponta Grossa e em Ventania não estão desvinculados das contradições da sociedade de classes, pois foram gerados a partir dos limites impostos pelo Governo Federal à educação de qualidade e aos demais direitos sociais. No bojo das medidas governamentais que inibem o acesso social a direitos básicos, dentre os quais a educação faz parte, na ocasião das ocupações, destacaram-se a MP N° 746/2016, a PEC N°241-A/2016 e o Programa Escola Sem Partido N° 193/2016.

Em face da realidade vivenciada, é possível afirmarmos que a organização política dos estudantes, em Ponta Grossa e em Ventania, fez parte de um processo de elaboração crítica e de uma conscientização política dos jovens oriundos da classe trabalhadora. Essa consciência foi adquirida nas experiências concretas vivenciadas cotidianamente por essa classe, ou seja, na concretude das relações sociais. Assim, as ocupações, nessas duas cidades, colocaram em evidência a percepção crítica dos alunos em relação aos retrocessos que decorriam de políticas implementadas na área da Educação, assim como ampliaram a visão de mundo dos jovens que delas participaram, instituindo-se como processos formativos advindos da luta política.

Embora as ocupações em Ventania e em Ponta Grossa tenham sido permeadas por particularidades, como, por exemplo, o papel diferenciado de apoio ou de oposição ao movimento realizado pelo grêmio estudantil, por gestores, professores e entidades da sociedade civil, como partidos políticos e sindicatos, foi possível identificarmos elementos comuns, dentre os quais se destacou a unificação das demandas em torno do projeto de uma educação de qualidade, enquanto elemento para transformar a realidade social, política e econômica do país. Por fim, é possível afirmarmos que a práxis política, organizada em torno da pauta da educação, foi o ponto articulador desse grande movimento, caracterizando-se como um processo formativo de dimensão nacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Emenda Constitucional N° 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 241, p. 2-3, 16 dez. 2016a.

BRASIL. **Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1996]. Disponível em: <https://bitly.com/xBjBm>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. Lei N° 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis N°s 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de

20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 35, p. 1-3, 17 fev. 2017.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2016b]. Disponível em: <https://bitly.com/GdDVQW>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado Nº 193, de 2016**. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o “Programa Escola sem Partido”. Brasília: Senado Federal, [2016c]. Disponível em: <https://bitly.com/YhGqEe>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição Nº 241-A, de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, [2016d]. Disponível em: <https://bitly.com/WHGUtT>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CHAGAS, L. J. V. Mediação e diversidade de vozes: a ação das fontes na cobertura do movimento de ocupação nas escolas paranaenses. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 2, p. 161-177, dez. 2017. Disponível em: <https://bitly.com/rQePCc>. Acesso em: 25 jan. 2021.

CORSO, M. A. O movimento de ocupação das escolas no interior do Paraná: o que motivou os estudantes a ocupar a escola. **Entropia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 164-185, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://bitly.com/ImRukm>. Acesso em: 25 jan. 2021.

FLACH, S. F.; SCHLESENER, A. H. Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 165-186, jan./mar. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v19i1.8647613>. Disponível em: <https://bitly.com/VCeZpLX>. Acesso: 20 jun. 2020.

GOHN, M. da G. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. I.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. I.

GROPPO, L. A. O novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. *In*: COSTA, A. A. F.; GROPPPO, L. A. (org.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro e João, 2018a. p. 85-117.

GROPPO, L. A. **Ocupações Secundaristas no Brasil em 2015 e 2016**: formação e autoformação das/dos ocupas como sujeitos políticos. Projeto de Pesquisa à Chamada Universal MCTIC/CNPq 2018. Alfenas, 2018b. Disponível em: <https://bityli.com/MSgYcP>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GUIMARÃES, G. B. *et al.* Geoparque dos Campos Gerais (PR) – Proposta. *In*: SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C. R. da. (org.). **Geoparques do Brasil**: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012. p. 617-646. v. I.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama. **IBGE**, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bityli.com/RvVgEx>. Acesso em: 20 jun. 2020.

KUBOYAMA, R.; CUNHA, F. C. A da. “A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 22, n. 49, p. 31-58, maio/ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i49.5996>. Disponível em: <https://bityli.com/VUQQIH>. Acesso: 20 jun. 2020.

LEME, R. B. **Movimento estudantil secundarista como resistência às políticas educacionais neoconservadoras**: as ocupações de escolas públicas nos estados de São Paulo, Goiás e Paraná – (2015-2016). 2018. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

LENIN, V. I. **Que fazer**: problemas candentes do nosso movimento. São Paulo: Expressão popular, 2015.

MARCOCCIA, P. C. de P.; PEREIRA, M de F. R.; SOUZA, R. D de. Processos de reintegração de posse das escolas ocupadas pelos estudantes no Paraná: a ideologia burguesa do aparelho judicial e policial. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 374-382, maio/ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n2p374>. Disponível em: <https://bityli.com/KdhDBv>. Acesso: 20 jun. 2020.

MARTINS, S. A. O fazer político dos jovens das classes populares: as ocupações estudantis paranaenses. **Revista pedagógica**, v. 20, n. 43, p. 143-167, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22196/rp.v20i43.4002>. Disponível em: <https://bityli.com/bELFSI>. Acesso: 20 jun. 2020.

MONAL, I. Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos. *In*: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 189-200.

PACHECO, C. S. **Ocupar e resistir**: as ocupações das escolas públicas como parte do ciclo atual de mobilização juvenil no Brasil. 271 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

PARANÁ. **Consulta Escolas**, Curitiba, 2019a. Disponível em: <https://bityli.com/tltcJN>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PARANÁ. Escola Alberto da Silva Paraná. **Consulta Escolas**, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://bityli.com/oMbjBk>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PARANÁ. Instituto de Educação Pietro Martinez. **Rede Escola**, Curitiba, 2019b. Disponível em: <https://bityli.com/FmELbO>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PENNA, F. O discurso reacionário em defesa de uma “escola sem partido”. *In*: GALLEGO, E. S. (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 109-113.

POLLI, S. *et al.* Novas insurgências e a luta do movimento “Ocupa Paraná”. **ANDES**, Brasília, Ano XXVIII, n. 62, p. 136-149, jun. 2018. Disponível em: <https://bityli.com/kWVFeF>. Acesso em: 17 jun. 2020.

PONTA GROSSA. **Decreto N° 10.065, de 27/04/2015**. Regulamenta a Lei n°12.071/2015 - Programa Passe Livre. Ponta Grossa: Procuradoria Geral do Município, [2015a]. Disponível em: <https://bityli.com/eDkxdL>. Acesso em: 17 jun. 2020.

PONTA GROSSA. **Lei N° 12.071, de 13/02/2015**. Autoriza o poder executivo a adquirir créditos do transporte coletivo e a doá-los aos estudantes do município de Ponta Grossa, conforme especifica Lei do Passe Livre. Ponta Grossa: Procuradoria Geral do Município, [2015b]. Disponível em: <https://bityli.com/eiBODb>. Acesso em: 17 jun. 2020.

SEMERARO, G. **Gramsci e os embates da filosofia da práxis**. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

STEIMBACH, A. A. **Escolas ocupadas no Paraná**: juventudes na resistência política à reforma do Ensino Médio (Medida Provisória 746/2016). 2018. 348 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

STOIEV, F. **A experiência das ocupações no Paraná**: narrativas dos estudantes secundaristas sobre a escola pública. 2019. 208 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

UBES. União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. UBES divulga a lista das escolas ocupadas e pauta das mobilizações. **UBES**, São Paulo, 11 out. 2016. Disponível em: <https://bityli.com/DeVoWc>. Acesso em: 16 jun. 2020.

UEPG. Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Dicionário Histórico dos Campos Gerais**. UEPG, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://bityli.com/itZNxD>. Acesso em: 16 jun. 2020.

VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZALUSKI, J. L. “A nossa luta já entrou para a história, o movimento dos OCUPAS foi inédito”: notas sobre uma ocupação secundarista de 2016 em Guarapuava – PR. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 5, n. 1, p. 262-276, jan./jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22476/revcted.v5i1.345>. Disponível em: <https://bityli.com/dBbmDEP>. Acesso: 22 jun. 2020.

AUTORIA:

* Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Professora Associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Contato: eflach@uol.com.br

** Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora de História da Rede Estadual de Ensino do Paraná. Contato: audiboutin@hotmail.com

COMO CITAR ABNT:

FLACH, S. de F.; BOUTIN, A. C. B. D. A práxis político-educativa nas ocupações secundaristas na região dos Campos Gerais – PR. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, p. 1-24, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8660329. Disponível em: <https://bityli.com/Pwzhldg>. Acesso em: 29 ago. 2022.

Notas

¹ No estado do Paraná, em razão de acordos entre Governo Estadual e Governos Municipais, as escolas da Rede Estadual ofertam os anos finais do Ensino Fundamental enquanto as escolas municipais ofertam os anos iniciais.

² As entrevistas semiestruturadas seguiram um roteiro organizado pela equipe de pesquisa *Ocupações Secundaristas no Brasil em 2015 e 2016*. (GROPPO, 2018b).

³ De acordo com Yin (2005, p. 32), “[...] estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.” Segundo o autor, as pesquisas de estudo de caso abordam situações contextuais, procuram responder a questionamentos do tipo “como” e “por que”, e contemplam estudos com características exploratórias e descritivas. (YIN, 2005). A observação direta, a realização de entrevistas, a análise de documentos e de artefatos contemplam alguns recursos utilizados pelas pesquisas de estudos de caso.

⁴ Os 19 municípios que fazem parte da Associação dos Municípios do Campos Gerais (AMCG) são: Arapoti, Carambeí, Castro, Curiúva, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Pirai do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

⁵ A Lei N° 12.071/2015 autoriza “[...] o programa ‘PASSE LIVRE’ mediante a aquisição de créditos do transporte coletivo e doação aos estudantes residentes no Município de Ponta Grossa, a fim de custear integralmente as passagens, nos termos desta Lei.” (PONTA GROSSA, 2015b). Ainda, de acordo com a Lei, “[...] poderão ser beneficiados pelo passe livre os estudantes regularmente matriculados no ensino de caráter fundamental, médio, pós-médio e superior [...]”, sendo matriculados em instituições públicas de ensino ou em instituições particulares com bolsa de estudos de 100%. (PONTA GROSSA, 2015b).